

Termo de Uso e Política de privacidade

Sumário

1. Privacidade dos Dados Pessoais	2
2. Sobre coleta de dados	2
2.1. Atualização e Veracidade dos Dados	4
3. Proteção, compartilhamento e acesso aos Dados	4
3.1. Acesso aos Dados	4
4. Registros CFTV e telefonia	4
5. Direitos dos titulares	4
6. Atualizações Desta Política	5
7. Legislação e Foro	5
8. Definições	6

Termo de Uso e Política de privacidade

1. Privacidade dos Dados Pessoais

O presente documento é voltado a clientes da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Limeira e aos demais Titulares cujos dados sejam tratados nas Unidades Hospitalares e canais digitais, tem por finalidade demonstrar e transparecer o compromisso da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Limeira, CNPJ: 51.473.692/0001-26, com sua privacidade e proteção dos dados pessoais, de acordo com as leis em vigor.

Em caso de dúvidas adicionais o canal de comunicação é dpo@santacasalimeira.com.br

2. Sobre coleta de dados

Os Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis, poderão ser coletados quando você interage com nossos Ambientes e Serviços.

O que podemos coletar?	Por que coletamos?
1. Nome completo	
2. Documento de identidade (CPF, RG, CNH, entre outros)	<ul style="list-style-type: none">• Identificar e autenticar ao utilizar-se de nossas unidades de atendimento, consulta, internação e pronto socorro;
3. Data de nascimento	
4. Gênero	<ul style="list-style-type: none">• Solicitar autorização de realização de exame e/ou consulta junto ao convênio médico;
5. Telefones, Celulares, Endereço residencial	<ul style="list-style-type: none">• Ampliar nosso relacionamento, informar sobre novidades, funcionalidades, conteúdos, notícias e demais eventos que consideramos relevantes;
6. E-mail	
7. Altura, Peso	<ul style="list-style-type: none">• Cumprir com as obrigações decorrentes do uso dos nossos serviços e exigidas por órgãos de saúde;
8. Fotografia/Cadastro	
9. Local de nascimento (naturalidade)	<ul style="list-style-type: none">• Dar entrada a solicitações e atendimentos presencialmente nas unidades de internação, pronto atendimento e ambulatórios;
10. Nacionalidade	
11. Estado Civil	<ul style="list-style-type: none">• Solicitar autorização de realização de exame e/ou consulta junto ao convênio médico, com contrato junto a nossa instituição;
12. Raça ou origem étnica	
13. Filiação	
14. Escolaridade	<ul style="list-style-type: none">• Garantir a portabilidade dos dados cadastrais para outro controlador, caso solicitado, cumprindo com obrigação do artigo 18 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
15. Número do Cartão Nacional de Saúde (CNS)	
16. Informação de cartão de crédito	

Termo de Uso e Política de privacidade

O que podemos coletar?	Por que coletamos?
17. Informações do convênio médico	

Quadro de Resumo

Agente de tratamento	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia
Papel no tratamento	Predominantemente controladora.
Natureza dos dados tratados	Dados pessoais fornecidos pelo Titular e/ou coletados automaticamente, de natureza cadastral
Principais finalidades do tratamento	A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia poderá utilizar dados pessoais para fornecer os seus produtos e serviços, emitir alertas sobre agendamentos de consultas e exames, cuidados preventivos entre outras atividades.
Compartilhamento	Operadores e fornecedores de serviços essenciais para nossas atividades; autoridades/órgãos governamentais por decorrência de obrigações legais ou regulatórias.
Proteção de Dados	Medidas de segurança, técnicas e administrativas adequadas.
Seus direitos	Confirmação da existência de tratamento, acesso, correção, etc.

Obrigação legal ou regulatória

Prazo de armazenamento	Fundamento Legal
Dados cadastrais	
5 anos após o término da relação	Art. 12 e 34 do Código de Defesa do Consumidor
Dados de saúde armazenados em prontuário (Dados Pessoais Sensíveis)	
20 anos após o último registro em prontuário	Art. 6º da Lei nº 13.787/2018
Outros dados	
Enquanto durar a relação e não houver pedido de apagamento ou revogação de consentimento	Art. 9, Inciso II da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Prazos de armazenamento superiores com o histórico de registro nas hipóteses que a lei ou norma regulatória assim estabelecer ou para preservação de direitos.

Os Dados coletados serão armazenados em nossos servidores localizados no Brasil, ou em ambiente de nuvem (Cloud Computing), o que poderá exigir uma transferência e/ou processamento destes dados fora do Brasil.

Termo de Uso e Política de privacidade

2.1. Atualização e Veracidade dos Dados

Você é o único responsável pela precisão, veracidade ou falta dela e pela atualização dos dados que fornece, portanto, fique atento e mantenha seus dados atualizados.

3. Proteção, compartilhamento e acesso aos Dados

Nós empregamos boas práticas para manter a privacidade e a segurança das informações por meio da adoção de medidas de segurança técnicas, físicas e administrativas.

O Usuário também é responsável pelo sigilo de seus dados pessoais e deve ter sempre ciência de que o compartilhamento de senhas e dados de acesso viola esta política e pode comprometer a segurança dos seus dados e dos nossos ambientes.

3.1. Acesso aos Dados

É muito importante que você proteja seus dados contra acesso não autorizado ao seu computador ou dispositivo móvel, conta ou senha quando estiver em ambientes digitais disponibilizados pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, além de se certificar de sempre clicar em “sair” ao encerrar sua navegação em um computador ou dispositivo móvel. Também é muito importante que você saiba que nós nunca enviaremos mensagens eletrônicas com anexos que possam ser executados (extensões: .exe, .com, entre outros) ou ainda links para eventuais downloads.

Os dados pessoais coletados são acessados somente por profissionais devidamente autorizados, respeitando os princípios da proporcionalidade, necessidade e relevância para os objetivos do nosso negócio, além do compromisso de confidencialidade e preservação da sua privacidade.

4. Registros CFTV e telefonia

Possuímos ambiente monitorado por CFTV, desta forma podemos manter registros de gravações de CFTV por períodos de 15 dias em acordo com nossas políticas de segurança e monitoramento de ambientes físicos.

Gravações de atendimento telefônico por períodos de no mínimo 90 dias (conforme RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 395 - ANS) para sua consulta mediante solicitação.

5. Direitos dos titulares

Nos termos da legislação aplicável, o titular do dado poderá a qualquer tempo solicitar o acesso aos dados que lhe digam respeito, bem como a sua retificação, eliminação ou a limitação de uso do dado pessoal, a portabilidade dos seus dados, ou ainda opor-se ao seu tratamento, exceto nos casos previstos em lei.

Termo de Uso e Política de privacidade

o Usuário poderá exercer estes direitos mediante pedido escrito dirigido ao e-mail dpo@santacasalimeira.com.br

6. Atualizações Desta Política

Estamos em constante aprimoramento, por isso esta política poderá ser atualizada, visando prover ao usuário mais segurança, conveniência e melhorar o provimento dos serviços. Por isso, recomendamos que o usuário acesse nossa política periodicamente, para que tenha conhecimento sobre eventuais modificações.

7. Legislação e Foro

Essa política será interpretada segundo a legislação brasileira, no idioma português, sendo eleito o foro do seu domicílio para dirimir qualquer controvérsia que envolva este documento, salvo ressalva específica de competência pessoal, territorial ou funcional pela legislação aplicável.

8. Definições

Anonimização: Processo por meio do qual o dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, considerados os meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento.

Controlador: Pessoa a quem competem as decisões sobre o tratamento dos dados pessoais.

Dados Pessoais: Toda e qualquer informação relativa a uma pessoa natural identificada ou identificável.

Dados sensíveis: Dado pessoal que diga respeito a origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a Organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

Encarregado ou DPO: a pessoa indicada para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) além das tarefas adicionais que lhe forem atribuídas pela FESP conforme permissivo previsto no artigo 41, §2º, IV e 41§3º da LGPD.

LGPD: Sigla de Lei Geral de Proteção de Dados. Lei Federal nº 13.709/2018, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Operador(a): Pessoa, física ou jurídica, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do(a) controlador(a).

Titular: Pessoa natural identificada ou identificável a quem se referem os dados pessoais.